

AS TRABALHADORAS DO RIO GRANDE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Lucas Couto Duarte (Bolsista PIBIC/CNPq); Susana Maria da Silva Veleda (Pesquisadora)

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa quantitativa e qualitativa em Geografia cujo objetivo geral é demonstrar as condições do trabalho feminino no município do Rio Grande, localizado no sul do Rio Grande do Sul (RS), com o enfoque nas relações de gênero. O presente texto constitui-se num recorte da pesquisa em que caracterizamos o município a partir de dados demográficos e econômicos através de variáveis como população economicamente ativa, população ocupada e o número de vínculos por sexo nos setores da economia, utilizando as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados coletados foram sistematizados em tabelas e analisados desde uma perspectiva feminista. Evidenciamos que as desigualdades econômicas entre trabalhadoras e trabalhadores devem ser problematizadas através de conceitos como a divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Divisão Sexual do Trabalho; Patriarcado; Rio Grande; População.

Introdução

No final do século dezoito, durante o século dezenove e, até meados do século vinte, algumas mulheres, cientes das opressões e explorações que sofriam nas sociedades ocidentais em que viviam, reuniram-se em movimentos políticos para lutar por igualdade civil, direito ao voto, acesso à educação e a determinadas profissões, ainda exclusivas aos homens. Estes movimentos foram denominados como primeira onda dos movimentos feministas. As sociedades se transformaram e, outras reivindicações foram sendo incorporadas, a estes movimentos. Durante as décadas de 1960 e 1970 uma segunda onda feminista buscava a igualdade entre mulheres e homens no que tange ao exercício da reprodução, da sexualidade e o acesso ao mundo do trabalho. Lutando pelo fim da violência contra as mulheres e evidenciando desigualdades sociais e econômicas também entre as mulheres. Os anos de 1990, registram uma terceira onda, fundamentada na institucionalização dos movimentos feministas, com a criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e a criação de

conselhos, secretarias e ministérios que tem como escopo a busca pela igualdade entre mulheres e homens e a luta pelo fim da violência.

Ainda que, no século vinte e um, muitas reivindicações tenham sido atendidas na forma da lei, na vida cotidiana, privada ou pública, as desigualdades, opressões, explorações e violências contra as mulheres ainda persistem.

O principal motivo que nos impulsionou a pesquisar sobre o tema em tela é a inquietação decorrente do fato de que, historicamente e geograficamente, as mulheres sempre foram consideradas inferiores aos homens. Desde o início de suas pautas pela igualdade de direitos, incluindo melhores condições de trabalho e direito a escolaridade, até a atualidade os movimentos feministas lutam por condições de igualdade. Algumas petições foram atendidas, como o acesso à educação e ao trabalho remunerado. Porém, na prática, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, em que as mulheres são vítimas do preconceito e discriminação.

O texto apresenta um recorte da pesquisa¹. Nele, caracterizamos o município a partir de dados demográficos e econômicos através de variáveis como população economicamente ativa, população ocupada e o número de vínculos por sexo nos setores da economia, utilizando as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego, a fim de identificar alguns aspectos sobre o trabalho feminino do município. Tratamos das desigualdades de gênero existentes no mundo do trabalho, presente nas sociedades capitalista e patriarcal. Helena Hirata e Heleieth Saffioti são as principais interlocutoras, que propiciam a reflexão sobre a temática trabalho a partir de conceitos como a divisão sexual do trabalho nas sociedades patriarcais.

Trabalhadoras e trabalhadores: alguns aspectos de uma relação desigual

As primeiras discussões sobre desigualdade entre homens e mulheres surgiram na Europa ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, com a implementação da matriz econômica industrial, inerente à sociedade capitalista. As relações sociais transformaram-se rapidamente dando novos significados ao trabalho remunerado, que passa a ser exercido no espaço público, enquanto o trabalho doméstico está limitado a esfera privada. O conceito de esfera pública e privada foi elaborado pelos gregos. A primeira esfera abrange as relações políticas e naturais, enquanto a segunda fica limitada entre a necessidade e a liberdade. Segundo Puteman (1988), a esfera pública

¹ Refere-se a pesquisa “O trabalho feminino no município do Rio Grande: exploração e liberdade”, coordenada por Susana Maria Veleda da Silva e desenvolvida no Núcleo de Análises Urbanas (NAU) da FURG.

está associada a um indivíduo cuja a característica é a independência, a responsabilidade e a razão e a esfera privada está relacionada com a intimidade e a família.

O modo de produção capitalista separa o espaço produtivo do reprodutivo, e interage com o sistema patriarcal cristalizando, nestes espaços, papéis específicos para homens e mulheres. Os papéis são designados considerando a natureza dos seres humanos, desconsiderando que seres humanos são fruto da história e da geografia. Assim, as mulheres são responsáveis pelo espaço reprodutivo, que passa a ser desvalorizado pois foge a lógica produtiva do capitalismo.

A produção das mercadorias, através da força de trabalho, permite a extração do lucro. Dessa forma, o termo trabalho foi associado à noção de produção de mercadorias. O trabalho produtivo, praticado no espaço público, é aquele que gera riqueza, produzindo a mais valia. O trabalho reprodutivo, ocorre no espaço privado, realizado para reproduzir a força de trabalho. O princípio dessa separação é hierárquico, os homens são responsáveis pela produção e as mulheres pela reprodução.

O patriarcado no sentido semântico se origina da combinação de duas palavras *pater* (pai) e *arkhe* de origem e comando. Durante a segunda onda do feminismo o sistema patriarcal passa a ser analisado para além dos aspectos históricos, considerando-se que a opressão e a exploração vivida pelas mulheres era, também, questão política e econômica. O patriarcado passa a ser entendido,

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. (DELPHY, 2009, p. 173)

Ainda segundo Delphy, a palavra *pater* em si não significa de fato pai no sentido contemporâneo, tendo outro sentido, aplicando-se a todo homem que não dependia de nenhum outro, que tinha autoridade sobre a família e um domínio. Tais fatos históricos deram origem à discussão da desigualdade salarial entre os gêneros, visto que muitas vezes o trabalho feminino é desvalorizado e inferiorizado, para manter esse sistema ainda vigente.

Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada. (SAFFIOTI, 1976, p.34)

Atualmente, de acordo com a Organização das Nações Unidas, as mulheres recebem em média, US\$ 0.79 centavos para cada US\$ 1 dólar recebido por um homem. A seguir, temos um exemplo desse fenômeno, em que mesmo em espaços produtivos e na esfera pública e ocupando o mesmo cargo, as mulheres recebem salários inferiores aos homens.

FIGURA 1: Desigualdade de Salários na Empresa

Pesquisa da Catho mostra que empresas pagam menos para mulheres em todos os cargos



Fonte: Portal G1 de notícias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-do-que-os-homens-em-todos-os-cargos-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso em: 20/02/2018.

A Figura 1 evidencia que, ainda em 2018, a desigualdade salarial tem sexo, uma vez que as mulheres recebem menos em todos os cargos da empresa em tela. Sociedades capitalista e patriarcais segregam o trabalho por sexo, valorizando setores e/ou funções exercidas pelos homens, gerando a persistência das desigualdades salariais entre mulheres e homens.

Rio Grande e as trabalhadoras: breves considerações

A vila do Rio Grande de São Pedro teve origem com as construções militares portuguesas na metade do século XVII e, por meio da lei Provincial 05 de 1835, passou a ser categorizada como cidade do Rio Grande. De acordo com o IBGE 2010, o município dispõe de uma área territorial de 2.709,522 Km², com uma população total de 197.228 habitantes, com estimativa de 209.378 habitantes em 2017, da qual 96% viviam em áreas urbanas. Possuía densidade demográfica de 72,79 habitantes por quilometro quadrado.

Em 2010, considerando as ocupações, o município contava com uma população economicamente ativa² (PEA) de 90.000 mil pessoas, destas, 43,9% eram mulheres. O número de pessoas inativas³ era de 81.525 mil e destas, 61,7% eram mulheres. A população ocupada era de 82.230, com 42,3% de mulheres. No total de ocupados, 73,6% dos empregados assalariados, correspondente a 65,2% no setor privado e 8,4% no público. O trabalho doméstico empregava 6,8% desse total, o restante 17,1% não possuíam carteira assinada. A distribuição setorial da população ocupada era correspondente em grande parte aos serviços, com 50,4% . No comércio estavam 19,1%, 7,4% nas atividades primárias, 8,6% na indústria e 7,4% na construção.

Segundo dados da RAIS, constata-se que os homens são grande parte dos empregados com cerca de 59,1% dos vínculos, o restante 40,9% cabe as mulheres. No município do Rio Grande a participação feminina é menor do que em outros do Rio Grande do Sul e do Brasil, que se encontra entre 46,3% e 43,7% para ambos os sexos. Histórica e culturalmente, as responsabilidades domésticas sempre foram designadas as mulheres devido ao paradigma de que seus dotes naturais são referentes ao cuidado, limitando as mulheres ao espaço privado. Segundo Hirata (1995) “A virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, já a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia” (HIRATA, 1995, p. 599), enquanto o homem é o responsável pela produção material, tarefa à qual lhe concede poder em uma sociedade capitalista.

As informações acima nos fazem levantar a questão da divisão sexual do trabalho. De acordo com Kergoat o conceito foi primeiramente utilizada por etnólogos, com a ideia de uma repartição complementar das atividades masculinas e femininas na sociedade. Divisão que histórica e socialmente se modifica, mas sempre de acordo com o sexo do sujeito são atribuídas determinadas funções, prioritariamente os homens pertencem a esfera produtiva enquanto as mulheres reprodutivas.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (KERGOAT, 2009, p.67).

² População economicamente ativa, é utilizado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho, ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 18/02/2018

³ Pessoa classificadas como não ocupadas, incapacitadas ou que desistiram de procurar trabalho. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18/02/2018

Tal concepção tem como objetivo separar trabalhos masculinos dos femininos, com fins hierárquicos, ao qual o produtivo vale mais que o reprodutivo. Essa teoria, segundo Helena Hirata, surge da necessidade de complementariedade dos sexos, com a ideia de uma divisão entre trabalho profissional e doméstico, entre tipos de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais. Existem alguns modelos aos quais a sociedade segue, o tradicional em que o papel doméstico é realizado pelas mulheres e o provedor principal é o homem e o modelo da conciliação, em que cabe a mulher conciliar vida familiar e vida profissional, de acordo com Jacqueline Laufer (1995, p. 164 *apud* Helena Hirata, 1995, p.604), “... ele visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidade entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional.” Portanto, traz a tona a questão da dupla jornada de trabalho em que a mulher é responsável tanto pelos afazeres domésticos quanto por atividades profissionais.

Tomamos como exemplo dois setores da economia, considerados guetos de trabalho masculino (o extrativo mineral) e feminino (o ensino). Na tabela 1, observando o setor extrativo, podemos perceber que durante o período de 2008 a 2006, o número de vínculos permanecia estável, com um pequeno acréscimo para ambos os sexos. No ano de 2012, ocorre um aumento do número de contratados, passando a ter mais de 626 novos vínculos somente para os homens, pois para as mulheres foram computados 41 novos vínculos, totalizando o maior número de contratados de 738. Entre 2014 e 2016 ocorre um decréscimo de vínculos, passando o masculino de 213 para 29, e o feminino de 20 para 3, no total apenas 32 vagas ocupadas.

Tabela 1: Número de vínculos por sexo, no setor Extrativo Mineral, no município de Rio Grande.

	Masculino	Feminino	Total
2006	49	7	56
2008	55	16	71
2012	681	57	738
2014	213	20	233
2016	29	3	32

: Rais, Ministério do Trabalho e Emprego.

Fonte: RAIS/ MTE , 2018. Elaborado por Lucas Couto Duarte.

Na tabela 2, entre os anos de 2006 e 2008 é possível perceber um grande aumento no número de vínculos no setor do Ensino, concretizando 1.218 novas vagas ocupadas, sendo elas preenchidas por 988 do sexo masculino e 1.112 do feminino. No ano de 2012, os dados continuam semelhantes passando a ter um aumento de 326 vínculos, com 1.117 homens e 1.309 mulheres. Em 2014, há um aumento significativo no número de empregados do sexo feminino correspondendo a 396 novas vagas ocupadas, encerrando o ano com 2.919 empregados. Em 2016, percebemos que diferente dos outros anos, o aumento foi quase mínimo, totalizando 3.002 funcionários, sendo 1.228 homens e 1.774 mulheres.

Tabela 2- Número de vínculos por sexo, no setor Ensino, no município de Rio Grande.

	Masculino	Feminino	Total
2006	250	632	882
2008	988	1.112	2.100
2012	1.117	1.309	2.426
2014	1.214	1.705	2.919
2016	1.228	1.774	3.002

Fonte: RAIS/MTE, 2018

Elaborado por Lucas Couto Duarte.

Os setores Extrativo mineral e de Ensino são exemplos de guetos de trabalhos masculinos e femininos oriundos da divisão sexual do trabalho das sociedades patriarcais.

Algumas considerações

A partir da pesquisa é possível analisar alguns aspectos existentes no mercado de trabalho feminino riograndino. O modo de produção capitalista gerou grandes impactos no mundo do trabalho. As mulheres foram segregadas à esfera privada, enquanto que os homens foram designados a esfera pública e, mesmo com acesso ao trabalho produtivo, as mulheres permanecem, majoritariamente, nos guetos de trabalho feminino, no qual exercem tarefas consideradas, pelo sistema patriarcal, como da natureza feminina, dificultando o acesso destas a trabalhos valorizados social e economicamente. O sistema patriarcal arcaico e retrógrado ainda está presente na sociedade, os dados coletados visibilizam que, em Rio Grande, as mulheres ocupem posições no mundo do trabalho, pautadas pela divisão sexual do trabalho. Ao finalizar, salientamos que, as lutas feministas na busca pelos direitos iguais, devem continuar pois muitos destes direitos ainda não foram conquistados na prática. As mulheres estão ocupando novos

postos de trabalho, porém, ainda existem barreiras provenientes do preconceito, da misoginia, entre outros que as impedem de progredir profissionalmente.

Referências

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, pp. 173-179.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, pp. 67-70.

MURAD, Fátima. **Tradução: Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: HIRATA, Helena. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>. Acesso em: 28/02/2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976, pp. 32-65